



Nossa Missão: "Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania"

UNIDADE ESTADUAL do IBGE NO MARANHÃO - UE/MA
Rua de Nazareth e Odylo, 49 – Centro - São Luís-MA - CEP: 65.010-410
CNPJ: 33.787.094/0014-64
Tel.: (98) 2106-6020.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


Atestamos para fins de direito que a empresa NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.152.814/0001-70, com sede à Av. Daniel da La Touche, Condomínio Via La Touche Center, nº 212, Cohajap, São Luís - MA, mantém contrato de prestação de serviços de portaria com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por intermédio de sua Unidade Estadual no Maranhão, com as seguintes características:

01.Objeto do Contrato: Fornecimento de Serviços de Portaria, 02 funcionários, regime de trabalho 12x36 diurno, resultado do Pregão Eletrônico nº 04/2017, processo nº 03621.001089/2016-88.

02.Período de Execução: A empresa presta o serviço desde o dia 28 de abril de 2017 até a presente data.

03.Grau de Satisfação: A empresa cumpre satisfatoriamente o objeto do contrato, não existindo, até o momento, o registro de qualquer fato que desabone a atuação da mesma neste órgão.

São Luís/MA, em 27 de novembro de 2019.



Marcelo Virgínio de Melo

Chefe da Unidade Estadual do IBGE no Maranhão

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO MARANHÃO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2017, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA **UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO MARANHÃO** E A EMPRESA NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME.

A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, com sede na Avenida Franklin Roosevelt, nº 166, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.787.094/0001-40, por intermédio da **Unidade Estadual do IBGE no Maranhão, inscrita no CNPJ nº 33.787.094/0014-64**, sediada na Rua de Nazaré e Odylo, nº 49 – Centro na cidade de São Luís - MA, conforme delegação de competência estabelecida pelo Art. 3º c/c Art. 6º da R.PR-003/2002, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Virgínio de Melo, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME**, CNPJ 19.152.814/0001-70, situada na Avenida Daniel de La Touche, Condomínio Via La Touche Center, nº 212, Cohajap, São Luís – MA, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Lívio Ferreira Feitosa, RG 205576-4 SSP-PI, CPF 892.673.893-00, resolvem, de comum acordo, tendo em vista o que consta do Processo IBGE nº 03621.001089/2016-88, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 04/2017, realizado com fundamento na Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 5.450/2005, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Portaria, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de portaria, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

| ITEM (SERVIÇO) | LOCAL DE EXECUÇÃO | QUANTIDADE/ POSTOS | HORÁRIO/ PERÍODO | CARGA HORÁRIA | VALORES |
|-------------------|---|--|--|------------------|-----------|
| Portaria | Rua de Nazaré e Odylo, nº 49 – Centro, São Luís – MA | 01 (MÍNIMO DE 02 FUNCIONÁRIOS POR POSTO) | 2ª à 6ª feira, 07hs às 19hs, ininterruptamente | 12X36 | 56.900,00 |

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO MARANHÃO

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 28/04/2017 e encerramento em 28/04/2018, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação;

2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 4.741,67 (Quatro Mil Setecentos e Quarenta e Um Reais e Sessenta e Sete centavos), perfazendo o valor total anual de R\$ 56.900,00 (Cinquenta e Seis Mil e Novecentos e).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 114608/11301

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 086053

Elemento de Despesa: 339037

PI: INFRA

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO MARANHÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO MARANHÃO

devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

6.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.13.2. as particularidades do contrato em vigência;

6.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.13.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

6.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO MARANHÃO

apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 2.845,00 (Dois Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais), correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO MARANHÃO

casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Maranhão – Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Luís, 28 de abril de 2017


Marcelo Virgílio de Melo
Representante legal da CONTRATANTE
do IBGE no Maranhão



Adilson Ferreira Fecton
Representante legal da CONTRATADA

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO MARANHÃO

TESTEMUNHAS:


WALTER REIS LOPES JR

CPF: 611 053 701 - 82


FRANCISCO DE SOUZA LIMA

CPF: 175.222.773-53



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ

CNPJ - 33 787 094/0021-93

Rua Simplício Mendes, 436-N CEP: 64000-110 - Teresina-PI

Tel: 86 2106-4161

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE por meio da Unidade Estadual do IBGE no Piauí, inscrita no CNPJ sob nº 33.787.094/0021-93, situada na Rua Simplício Mendes, 436-N, Centro, Teresina-PI, CEP: 64.000-110, atesta para os devidos fins que a empresa NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 19.152.814/0001-70, situada no Bairro Recanto dos nobres, Nº 24, São Luís/MA, CEP: 65.074-245, presta serviços continuados ao IBGE tendo vigência inicial na data de 15/05/2018.

– Prestação de serviços de portaria concedido em 01 (um) posto de trabalho com jornada diária de 12 x 36 horas, que será executado no período de 07:00 às 19:00 horas, em turno de segunda-feira a domingo, fornecido e entregue na sede da Unidade Estadual do IBGE/PI na cidade de Teresina.

Atestamos que presta com qualidade o serviço fornecido na forma contratada, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Teresina, 06 Dezembro de 2019.

LEONARDO SANTANA PASSOS

Chefe da Unidade Estadual do IBGE no Piauí



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 004/2018, QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE E A EMPRESA NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com sede na Av. Franklin Roosevelt, nº 166, na cidade de **Rio de Janeiro /RJ**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.787.094/0001-40, neste ato representada pelo Chefe da Unidade Estadual do IBGE no Piauí, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ 33.787.094/0021-93, Sr. Leonardo Santana Passos, nomeado pela Portaria nº 260, de 09 de junho de 2016, publicada no *DOU* de 15 de junho de 2016, inscrito no CPF nº 008.590.543-73, portador da Carteira de Identidade nº 09833054-39 SSP/BA, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa Nacional Soluções e Serviços Eireli, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.152.814/0001-70, sediada na Rua 01, Quadra 04, Casa 24, Bairro Recanto dos Nobres, CEP 65074-245, São Luís/MA, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Lívio Ferreira Feitosa, portador da Carteira de Identidade nº 2.055.764, expedida pela SSP/PI, e CPF nº 892.673.893-00, tendo em vista o que consta no Processo nº Processo **0021539.00000281/2018-63** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº **001/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Portaria a serem executados pela contratada nas instalações da contratante, situadas na Rua Simplício Mendes, nº 436, Centro/Norte, CEP 64000-110, Teresina/Piauí, consistindo em 01 (um) posto de trabalho, com jornada diária de 12 x 36 horas, em turno diurno, das 07:00 às 19:00 horas, de segunda-feira a domingo, que

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ

serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 15/05/2018 e encerramento em 15/05/2019, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;


2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 5.432,96** (cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais e noventa e seis centavos), perfazendo o valor total de **R\$ 65.195,52** (sessenta e cinco mil, cento e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes,





Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ

taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 11301

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 04.122.2125.2000.0001

Elemento de Despesa: 33903701

PI: INFRA

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

5.2. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1.94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei nº 12.506/2011.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:



UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.



UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ

6.12.1. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se especialmente o índice específico, setorial ou geral que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada, sem prejuízo das verificações abaixo mencionadas:

6.12.2. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.12.3. as particularidades do contrato em vigência;

6.12.4. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.12.5. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.12.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:



6.13.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.13.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.13.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

α

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ

6.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

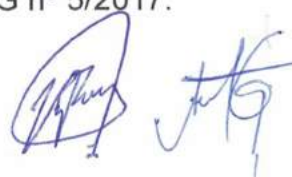
6.18. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$ 3.259,78** (Três mil, duzentos e cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos), na modalidade de, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

7.2. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 2º, § 2º, V da Portaria MP nº 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

7.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.



UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;





Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Piauí - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93.



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Leonardo Santana Passos
Chefe da Unidade Estadual - IBGE/PI
SIAPE 1797177

Teresina/Piauí, 15 de maio de 2018.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1: Antonio Emanuel Guedes da Cruz
RG: 5016889 SSP/PI
CPF: 045.538.653-60

2: _____
RG: _____
CPF: _____

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO TERMO DE CONTRATO Nº 004/2018

Empresa Nacional Soluções e Serviços Eireli, inscrita no CNPJ nº 19.152.814/0001-70, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Lívio Ferreira Feitosa, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.055.764, expedida pela SSP/PI, e do CPF nº 892.673.893-00, **AUTORIZA** a **UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ**, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão IBGE-UE/PI nº 001/2018:

- 1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa Nacional Soluções e Serviços Eireli junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da **UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUÍ** que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.
- 3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Teresina/Piauí, 15 de maio de 2018.



Lívio Ferreira Feitosa
RG nº 2.055.764 SSP/PI
CPF nº 892.673.893-00,
Representante Legal da Licitante



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Piauí

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 19.152.814/0001-70, prestou serviços neste INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ – CAMPUS FLORIANO, que teve como objeto de contrato os SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE MÃO -DE -OBRA DE MOTORISTA tendo como contrato o de número 03/2018. no período de 03 de setembro de 2018 a 03 de setembro de 2019, cumprindo satisfatoriamente todos o compromissos assumidos dentro das especificações e prazos contratuais, não constando, até a presente data, qualquer registro que desabone sua capacidade técnica ou profissional.

Floriano – PI, 09 de dezembro de 2019.

Rafael Ângelo Santos Leite
Diretor Geral, em exercício
IFPI – Campus Floriano



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE
MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 03/2018, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO
FEDERAL DO PIAUÍ E A EMPRESA NACIONAL
SOLUÇÕES E SERVIÇOS.**

A União, por intermédio do O INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS FLORIANO, com sede em Rua Francisco Urquiza Machado, nº 462, Campo Velho, Floriano-PI, inscrito no CNPJ sob o nº **10.806.496/0004-91**, neste ato representado pelo Senhor Reitor Paulo Henrique Gomes de Lima, nomeado por portaria do Ministério da Educação, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.152.814/0001-70, sediada na Rua 01, Quadra 04, Casa 24, Recanto dos Nobres, São Luís (MA), doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Livio Ferreira Feitosa, portador da Carteira de Identidade nº 205576-4 SSP PI e CPF 892.673.893-00, tendo em vista o que consta no Processo nº 23180.000518/2018-13 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 02/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Condução de Veículo Oficial, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

| Grupo | Item | Especificação | Und | Qnt | Valor | Valor |
|-------|------|---------------|-----|-----|-------|-------|
|-------|------|---------------|-----|-----|-------|-------|



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

| | | | | | Mensal | Anual |
|-------------------|----|--|-----|----|----------|-----------|
| 02 | 03 | Serviço de condução de veículos (motorista veículo pesado) 44 horas semanais. Habilitado para transporte coletivo de passageiros. 01 posto. 10 diárias mensais / 120 diárias anuais. Campus Floriano | Mês | 12 | 4.100,00 | 49.200,00 |
| | 04 | Serviço de condução de veículos (motorista veículo pesado), 44 horas semanais, sendo 39 horas de jornada diurna e 05 horas de jornada noturna. Habilitado para transporte coletivo de passageiros. 01 posto. 10 diárias mensais / 120 diárias anuais. Campus Floriano | Mês | 12 | 4.215,00 | 50.579,96 |
| TOTAL GERAL (R\$) | | | | | 8.315,00 | 99.779,97 |

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 03/09/2018 e encerramento em 02/09/2019

2.2. , podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.2.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.2.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 8.315,00 (Oito Mil e Trezentos e Quinze Reais), perfazendo o valor total de R\$ 99.779,97 (Noventa e Nove Mil Setecentos e Setenta e Nove Reais e Noventa e Sete Centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão, além do valor do serviço, da quantidade de diárias de motoristas efetivamente utilizadas.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26431/158355

Fonte: 810000000000

Programa de Trabalho: 108883

Elemento de Despesa: 339037.01

PI: L20RLP0100N

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.2. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1.94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei n. 12.506/2011.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG n° 5, de 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção ou Convenção Coletiva.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos ou Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.12.1. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

6.12.1.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.12.1.2. as particularidades do contrato em vigência;

6.12.1.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.12.1.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.12.1.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

6.12.2. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.13.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

6.13.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.13.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.18. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 5.058,00 (Cinco Mil e Cinquenta e Oito Reais), no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7.2. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, V da Portaria MP n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

7.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

- 12.1.1.** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2.** interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.
- 13.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.2.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

- 15.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

- 16.1.** É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Piauí para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Teresina (PI), 30 de Julho de 2018

Lívio Ferreira Feitosa

Contratada

Paulo Henrique Gomes de Lima

Contratante

TESTEMUNHAS:

1-

2-



SERVIÇO PÚBLICO
MJ - POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO
NTI - NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Av. Daniel De La Touche, nº 4.000 - COHAMA- CEP 65.074.115- São Luís/MA.

Tel: (98) 3131 5168 / 3131 5210.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de direito que a Empresa Nacional Soluções e Serviços EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 19.152.814/0001-70, é nossa prestadora de Serviços na área de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, com 01 (um) posto de trabalho, com dedicação exclusiva de mão de obra, com execução de regime de empreitada por preço global, para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Luís no Estado do Maranhão no período de junho de 2018 a junho de 2019.

Informamos ainda que tais serviços vêm sendo prestados de maneira satisfatória e que até a presente data, não consta em nossos registros nada que desabone a conduta da referida empresa.

São Luís - MA 22 de julho de 2019

VICENTE FERRER NASCIMENTO PINTO ROCHA

Agente de Telecomunicações e Eletricidade

Fiscal do Contrato nº 08/2017-SR/PF/MA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO

Contrato nº 08/2017-SR/PF/MA

Termo de contrato que entre si celebram a União, por meio da Superintendência de Polícia Federal no Estado do Maranhão, e a empresa NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.-ME, na forma abaixo:

A União, por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO MARANHÃO**, com sede na Avenida Daniel de La Touche, nº 4000, Cohama, São Luís - MA, CEP 65.074-115, inscrita no CNPJ sob nº 00.394.494/0027-75, órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, adiante designada como **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Superintendente Regional, Sr. **ALEXANDRE SILVA SARAIVA**, brasileiro, solteiro, Delegado de Polícia Federal, Identidade nº 81.049.876-IFP/RJ, CPF nº 005.717.227-76, residente nesta capital, com a delegação de competência que lhe confere as portarias nº 135/2014-MJ de 11/02/2014, publicada no DOU nº 30, de 12/02/2014, e nº 4258/2014-DG/DPF, de 24/02/2014, publicada no Boletim de Serviço nº 39 de 25/02/2014, e a empresa **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.152.814/0001-70, com sede na Rua Quéops, nº 02, Edifício Executive Center, 4º andar, Sala 407, Jardim Renascença, São Luís (MA), CEP 65.075-800, Telefones (98) 3082-6828 / 3199-1402 / 98178-3208 / 98323-8687 / 98270-6042, Endereços eletrônicos felipe@nacionalserv.com.br, hugo@nacionalserv.com.br, livio@nacionalserv.com.br, representada por **LIVIO FERREIRA FEITOSA**, brasileiro, sócio administrador, RG nº 205576-4 SSP/PI, CPF nº 892.673.893-00, neste ato designada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente instrumento, decorrente do Processo nº 08310.004182/2017-52, do certame licitatório Pregão Eletrônico SRP nº 06/2017-SR/PF/MA, observadas as disposições da Lei nº 9.632/1998 (Extinção de cargos), Lei nº 10.520/2002 (Pregão), dos decretos nº 2.271/1997 (Terceirização na Administração) e do Decreto nº 5.450/2005 (Pregão Eletrônico), Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto das ME e EPP), Decreto nº 6.204/2007 (Regula o tratamento diferenciado a ME e EPP nas licitações) e Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MPOG (Contratos Continuados), aplicando-se subsidiariamente as normas da Lei nº 8.666/1993 (Lei geral de licitações), Decreto nº 3.722/2011 (SICAF), IN nº 51/2011-DG/DPF (Atribuições de fiscais e gestores de contratos), mediante as cláusulas e condições a seguir avençadas:

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **ADMINISTRADOR DE REDES**, com dedicação exclusiva de mão-de-obra, com execução em regime de empreitada por preço global, para atender às necessidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em São Luís, conforme especificações e quantitativos estabelecidos na planilha abaixo:

| Item | Descrição dos serviços | Valor UNITÁRIO | Qte de funcionários | Valor MENSAL |
|----------------------------|---|----------------|---------------------|---------------|
| 2 | Serviço de Administrador de REDES para SR/PF/MA | R\$ 4.750,21 | 1 | R\$ 4.750,21 |
| VALOR MENSAL (Sem diárias) | | | | R\$ 4.750,21 |
| VALOR ANUAL (Sem diárias) | | | | R\$ 57.002,53 |
| DIÁRIAS | | | | R\$ 2.710,20 |
| VALOR ANUAL (Com diárias) | | | | R\$ 59.712,73 |

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no cabeçalho e na qualificação, aos seus anexos e à proposta vencedora, independentemente de transcrição expressa.

2. VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de **12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado por períodos subsequentes, desde que obedecidas às mesmas condições estipuladas no Edital e no Instrumento Contratual, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

2.1.1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3. DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O início da prestação dos serviços nesta Superintendência de Polícia Federal obedecerá ao seguinte cronograma:

a) Para os serviços de Administrador de Redes: **17/07/2017**.

4. DO HORÁRIO DE TRABALHO E CARGA HORÁRIA SEMANAL

4.1. Os serviços poderão ser prestados dentro do horário de funcionamento da SR/PF/MA e suas Delegacias em Imperatriz e Caxias: **de segunda-feira a sexta-feira, das 07:30h às 20:30h**.

4.1.1. O efetivo horário de trabalho, dentro do horário de funcionamento acima indicado, será definido a critério e conforme necessidade da Administração, sempre respeitando o limite de 08 (oito) horas diárias de trabalho.

4.2. Alguns serviços prestados pelo órgão possuem horário estendido e sem intervalo para almoço. Assim, os serviços de limpeza devem se adequar a estes horários,

podendo haver variação de acordo com o setor a ser atendido, porém sempre sendo respeitada a carga horária máxima de 40 horas semanais, bem como a disponibilização de pelo menos 01 (uma) hora de almoço diária para os funcionários.

5. PREÇO

5.1. O valor anual da contratação é de R\$ 59.712,73 (cinquenta e nove mil, setecentos e doze reais e setenta e três centavos), correspondendo a R\$ 4.750,21 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais e vinte e um centavos) mensais, conforme tabelas abaixo:

| Item | Descrição dos serviços | Valor UNITÁRIO | Qte de funcionários | Valor MENSAL |
|----------------------------|---|----------------|---------------------|---------------|
| 2 | Serviço de Administrador de REDES para SR/PF/MA | R\$ 4.750,21 | 1 | R\$ 4.750,21 |
| VALOR MENSAL (Sem diárias) | | | | R\$ 4.750,21 |
| VALOR ANUAL (Sem diárias) | | | | R\$ 57.002,53 |
| DIÁRIAS | | | | R\$ 2.710,20 |
| VALOR ANUAL (Com diárias) | | | | R\$ 59.712,73 |

5.2. Conforme Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), alguns itens da Planilha de Custos e Formação de Preços deverão ser excluídos da mesma após o primeiro ano de vigência do contrato. Tal exclusão deverá ser feita mediante apresentação de nova planilha e assinatura de Apostila.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O valor necessário ao atendimento da despesa será provisionado do Orçamento Geral da União – destinado à Polícia Federal no Maranhão – comprometido com a DDO nº 1273/2017 (SEI nº 3232552), sob a seguinte classificação:

Fonte de Recursos: 0100
Programa de Trabalho Reduzido.....: 06.122.2112.2000.0001
Plano Interno: PF99900AG17
Elemento de Despesa.....: 3390.37.28
Valor da DDO.....: R\$ 27.288,12
Nota de empenho.....: 2017NE800_____

6.2. Nos exercícios financeiros seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programas, ensejando para a CONTRATANTE, no início de cada exercício, a apresentação da respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito mensalmente, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da fatura ou nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, **em até 20 (vinte) dias contados da data de apresentação da Nota.**

7.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser apresentada na **Sede da SR/PF/MA (São Luís)**, a partir do último dia útil do mês de prestação dos serviços até no máximo o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte, **devendo ser enviada preferencialmente por email para o seguinte endereço: protocolo.srma@dpf.gov.br**

7.2.1. A nota fiscal deverá obrigatoriamente vir acompanhada de toda a documentação referente ao cumprimento das obrigações sociais trabalhistas referentes ao mês de prestação dos serviços, **conforme check list disponível Anexo II deste contrato.**

7.2.2. Caso a Nota Fiscal ou Fatura seja apresentada antes do Prazo fixado no subitem 7.2 ou sem toda a documentação comprobatória prevista no subitem 7.2.1, o prazo de pagamento indicado no subitem 7.1 será contado, **respectivamente**, do último dia de prestação dos serviços ou do dia em que a contratada apresentar toda a documentação obrigatória.

7.3. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta *on line* ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

7.3.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese poderá ensejar, entretanto, a adoção das providências tendentes à sanção da empresa e até mesmo a rescisão contratual.

7.4. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, o pagamento dos valores em débito será realizado em juízo ou pagamento direto, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.4.1. Alternativamente, a Administração poderá descontar da fatura e pagar diretamente aos trabalhadores alocados na execução do contrato os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas a eles devidos, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o artigo 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, e autorização expressa a ser concedida pela CONTRATADA no momento da assinatura do Contrato.

7.5. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.5.1. Não produziu os resultados acordados;

7.5.2. Deixou de executar as atividades contratadas;

7.5.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

7.6. A SR/PF/MA reterá na fonte, o Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, a Contribuição sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos a serem

efetuados, exceto aos optantes pelo SIMPLES, mediante apresentação de cópia do termo de opção de que trata a Instrução Normativa SRF nº 75, de 26 de dezembro de 1996, conforme determina o Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.6.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, que mantiver tal condição por não incidir na vedação do artigo 17, XII, da mesma lei, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.6.2. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

7.7. No caso de existência de multas oriundas de sanções administrativas, apuradas em regular procedimento, o setor de pagamentos poderá descontar o respectivo valor da multa do valor da(s) notas(s) fiscal(is) pendentes de pagamento.

7.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8. CORREÇÃO MONETÁRIA POR ATRASOS NO PAGAMENTO

8.1. Quando ocorrer eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, ao valor devido deverá ser acrescida atualização financeira e sua apuração se fará desde a data do vencimento do crédito até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I=(TX/100)/365; \quad EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.2. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu.

9. EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. O valor pactuado poderá ser revisto, mediante a solicitação da CONTRATADA, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do artigo 65, inciso II, alínea d da Lei nº 8.666/93.

9.2. As eventuais solicitações deverão se fazer acompanhar de comprovação da **superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis**, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, mediante a comprovação dos preços praticados no mercado, devendo ser observada a vantagem financeira ofertada por ocasião da licitação.

9.3. A demonstração analítica será apresentada, conforme o caso, através de planilhas e documentos a partir dos quais se possa traçar um histórico entre a situação pretérita e a atual.

9.4. Caso deferido o procedimento, seus efeitos financeiros iniciarão a partir da data do requerimento da contratada.

10. REPACTUAÇÃO

10.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa nº 02/2008- SLTI/MPOG.

10.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

10.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

10.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

10.3.2. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital da Licitação.

10.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como data da última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

10.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo



contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

10.5.1. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

10.6. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

10.7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

10.8. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

10.9. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de **Planilha de Custos e Formação de Preços**, acompanhada da apresentação do novo **acordo, dissídio ou convenção coletiva** da categoria profissional abrangida pelo contrato e **comprovantes de que o aumento salarial já foi incorporado em folha de pagamento.**

10.10. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de **Planilha de Custos e Formação de Preços** e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

10.10.1. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

10.10.2. As particularidades do contrato em vigência;

10.10.3. A nova planilha com variação dos custos apresentados;

10.10.4. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

10.10.5. Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.


10.11. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

10.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

10.12.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

10.12.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

10.12.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.



10.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

10.14. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

10.14.1. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

10.15. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

11. REAJUSTE

11.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, e desde que solicitado pela CONTRATADA, o reajuste dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais será efetuado pela variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma do previsto no subitem 10.3.2 deste contrato.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A descrição e periodicidade dos serviços a serem prestados estão previstas no Termo de Referência da licitação, conforme transcrito abaixo:

12.1.1. A demanda da referida prestação ocorre em razão da necessidade de manter em funcionamento os sistemas informatizados do órgão e atender aos usuários internos.

12.1.2. Das atribuições COMUNS

- a) Monitorar recursos de rede;
- b) Monitorar recursos de entrada e saída de dados;
- c) Monitorar disponibilidade de aplicativos;
- d) Monitorar desempenho de aplicativos;
- e) Monitorar registros de erros;
- f) Otimizar recursos disponíveis;
- g) Providenciar correção de erros de tarefas;
- h) Administrar processamento de dados;
- i) Inicializar e desativar sistemas e aplicativos;
- j) Configurar e reconfigurar hardware;
- k) Realizar limpezas periódicas em equipamentos;
- l) Alimentar equipamentos com suprimentos;
- m) Assegurar funcionamento do hardware e software;
- n) Identificar falhas em hardware e software;



- o) Sanar pequenas falhas de hardware;
- p) Requisitar manutenção preventiva e corretiva de hardware e software;
- q) Verificar acesso lógico do usuário;
- r) Garantir segurança das informações;
- s) Disponibilizar recursos operacionais;
- t) Orientar o usuário na utilização de hardware e software;
- u) Executar checagem inicial de solicitação;
- v) Atender cliente e usuário;
- w) Conduzir solicitação de suporte;
- x) Sugerir mudanças na disposição de equipamentos;
- y) Guardar sigilo de assunto pertinente ao serviço.

13. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

13.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e da sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e ferramentas necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

13.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

13.3. Manter o empregado nos horários pré-determinados pela Administração;

13.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.6. Manter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização dos serviços;

13.7. Manter escritório/base no Município de São Luís/MA, com pessoal qualificado e em quantidade suficiente para gerir o contrato em todas as unidades da PF abrangidas pelo contrato;

13.8. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.9. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

13.10. Viabilizar a emissão do Cartão Cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

13.11. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.



X

13.12. Vedar a contratação, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;

13.13. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.14. Comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, até o último dia útil do mês subsequente ao do início da execução contratual, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, nos termos do artigo 30, II, e § 1º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, caso se trate de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo referido regime tributário que venha a incidir na vedação do artigo 17, XII, da mesma lei.

13.14.1. Apresentar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a referida comunicação, o respectivo comprovante.

13.15. Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência;

13.16. Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e mensalmente quando da apresentação das notas fiscais de prestação dos serviços, relação contendo nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, órgão e local de exercício dos empregados alocados, para fins de divulgação na internet, nos termos do artigo 84, §§ 4º e 5º, da Lei nº 12.465, de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012);

13.17. Substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

13.17.1. Será admitida tolerância de atraso diária de apenas 30 (trinta) minutos. Após esse intervalo, não havendo substituição do funcionário, deverá ocorrer abatimento (Glosa) da Nota Fiscal com os valores proporcionais à não execução dos serviços contratados, contados a partir do 1º minuto após o prazo de tolerância diária.

13.17.2. Responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação Constante do item anterior;

13.18. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, de FGTS e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

13.18.1. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante;

13.19. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento (e de sua data) por parte da Administração;



X

13.19.1. Pagar os salários dos funcionários até o 5º (quinto) dia útil de cada mês seguinte ao da prestação dos serviços, conforme previsto na legislação trabalhista;

13.19.2. Os benefícios do Vale Transporte e do Vale alimentação sempre deverão ser pagos de forma antecipada, de modo que o funcionário possa fazer uso desses benefícios a partir do primeiro dia de trabalho na empresa contratada. O valor de cada benefício sempre deve ser equivalente à quantidade de dias previstos de efetivo trabalho no mês de prestação dos serviços.

13.20. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do órgão, a critério da Administração;

13.21. Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

13.22. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas;

13.23. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Administração toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.24. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.25. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência;

13.25.1. Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados;

13.26. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.27. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no Contrato;

13.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, de material de limpeza etc., devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.29. Nomear preposto responsável pelos serviços em cada unidade contemplada no contrato, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao fiscal do contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.



13.29.1. A indicação do preposto tratado no subitem anterior poderá recair sobre qualquer dos empregados alocados nos serviços contratados;

13.29.2. A indicação do preposto poderá ser recusada pela Administração, caso em que a empresa contratada deverá nomear outra pessoa e submeter à apreciação da PF.

13.29.3. Após indicado e aceito o preposto, poderá a Administração justificadamente solicitar a sua substituição, devendo a contratada realizar imediatamente a troca.

13.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

13.31. Registrar e controlar, juntamente com a fiscal do contrato, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

13.32. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

13.33. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais e ferramentas em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.34. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

13.34.1. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

13.34.2. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e

13.34.3. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção predial e conservação.

13.34.4. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.

13.34.5. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

14. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

14.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

14.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



14.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

14.5. Notificar a Contratada por escrito a apresentar documentos e/ou comprovantes de cumprimento obrigações e deveres, fixando prazo para essa apresentação;

14.6. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras;

14.7. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

14.8. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.9. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

14.9.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

14.9.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

14.9.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

14.10. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

15. DOS UNIFORMES

15.1. As previsões quanto aos uniformes a serem fornecidos pelo CONTRATADA aos seus funcionários estão previstas no Termo de Referência da licitação, **conforme transcrição abaixo:**

15.1.1. Técnico em Secretariado, Recepcionista e Técnico de Informática:

- a) 1 (uma) calça social/saia;
- b) 2 (duas) camisas sociais, com logomarca da empresa no bolso;
- c) 1 (um) terninho, se mulher
- d) 1 (uma) calça social/saia
- e) 2 (duas) camisas sociais;
- f) Sapato Social.

15.1.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- a) Tecido resistente e confortável;



x

b) Identificação discreta da empresa;

15.1.3. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

a) 1 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 1 (um) conjunto de uniforme a cada 6 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

15.1.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

15.1.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

15.1.6. A identificação dos prestadores de serviços deverá ser feita através de crachá, constando no mínimo os seguintes dados:

a) Nome da Contratada

b) Nome do funcionário

c) Função ocupada

d) Número do documento de identidade e/ou CPF

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

16.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3. A fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da Contratada, referentes aos empregados alocados na execução do contrato, deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e nas disposições da IN nº 51/2011-DG/DPF, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.

16.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, em especial aqueles relativos aos índices de produtividade.

16.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação

detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.7. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.8. Será objeto de controle, por parte do fiscal de contrato, o quantitativo de material e equipamentos fornecidos pela Contratada, de modo a assegurar as quantidades efetivamente necessárias à execução do objeto do contrato;

16.9. Compete ao fiscal do contrato apurar diretamente com os funcionários terceirizados o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e FGTS, seja verificando a situação de todos os terceirizados ou por amostragem;

16.10. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DA CONTA VINCULADA

17.1. A CONTRATANTE reterá de cada nota fiscal dos serviços prestados pela CONTRATADA os valores dos itens abaixo indicados, os quais serão depositados em conta vinculada específica para futuro pagamento aos funcionários da contratada quem exerçam suas funções de forma exclusiva na Polícia Federal:

17.1.1. Gratificação Natalina (13º salário);

17.1.2. FÉRIAS e terço constitucional de férias;

17.1.3. Multa sobre FGTS e contribuição social para rescisões sem justa causa;

17.1.4. Encargos sobre férias e gratificação natalina (13º salário)

17.2. A operacionalização da conta vinculada e seu regramento obedecerá às previsões do **Anexo VII da Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MPOG**.

17.3. Até que seja firmado o Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira, poderá a Polícia Federal solicitar a algum Banco Oficial a abertura de conta poupança não solidária, em nome da Contratante e da Contratada, para receber os depósitos dos itens acima previstos.

17.3.1. Nessa situação, aplicar-se-á, no que couber, as previsões do Anexo VII da Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MPOG.

17.4. A título de exemplo sobre os cálculos dos valores a serem retidos, apresenta-se abaixo planilha demonstrativa:



| | | Valor do Salário R\$ | 1.000,00 ¹ |
|--|--------|----------------------|-----------------------|
| Grau de risco de acidente de trabalho | | 1 | |
| Itens | | Percentagens | Valores |
| 13º salário | | 8,33% | R\$ 83,30 |
| Férias e 1/3 Constitucional | | 12,10% | R\$ 121,00 |
| Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado | | 5,00% | R\$ 50,00 |
| Subtotal | | 25,43% | R\$ 254,30 |
| Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário* | Grau 1 | 7,39% | R\$ 73,90 |
| | Grau 2 | 0,00% | R\$ - |
| | Grau 3 | 0,00% | R\$ - |
| TOTAL | | 32,82% | R\$ 328,20 |

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente de trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 8.666/93, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

- Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- Apresentar documentação falsa;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal;
- Descumprir quaisquer obrigações elencadas no Edital e no Contrato ou deveres (ligados à execução do contrato) a que deve se submeter o contratado em virtude da lei.
- Descumprir obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e aquelas atinentes aos FGTS.

18.2. Aos casos de inadimplemento de obrigações assumidas pelo particular contratado, poderá a Administração Contratante aplicar as seguintes sanções administrativas:

- Multa de mora;
- Advertência;
- Multa compensatória;
- Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Órgão, pelo prazo de até dois anos;
- Impedimento licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e/ou
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



18.3. Para efeito de objetivação do sancionamento administrativo previsto neste documento, as infrações contratuais cometidas pela contratada serão classificadas conforme o impacto na execução contratual, em 04 (quatro) níveis:

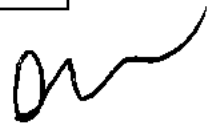
- I. **LEVE:** inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade, atribuindo-se **1 (um) ponto por cada infração**;
- II. **MÉDIA:** inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade, atribuindo-se **3 (três) pontos por cada infração**;
- III. **GRAVE:** inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, alterando ou não sua continuidade, atribuindo-se **5 (cinco) pontos por cada infração**;
- IV. **GRAVÍSSIMA:** inadimplemento ou falha que impede a execução normal do contrato, desconfigurando sua finalidade ou impossibilitando sua continuidade, atribuindo-se **10 (dez) pontos por cada infração**.

18.4. As sanções previstas neste documento serão concretamente aplicadas à proporção da gravidade da infração, conforme tabela abaixo:

| <u>ITEM</u> | <u>INADIMPLEMENTO</u> | <u>CLASSIFICAÇÃO</u> |
|-------------|---|----------------------|
| 1 | Falhas ou irregularidades que não acarretem prejuízos à CONTRATANTE. | FALTA LEVE |
| 2 | Descumprimento de obrigações acessórias ou secundárias não classificadas com outra gravidade. | |
| 3 | Não fornecer ou fornecer saneantes domissanitários, materiais e equipamentos em quantidades insuficientes para realização do objeto do contrato, acarretando prejuízo à boa execução do contrato. Nota explicativa: A pontuação do nível de criticidade será atribuída a cada item faltoso/diminuído. | |
| 4 | Atrasar ou não pagar salário dos funcionários, vales-transportes e vales-refeições, férias, gratificação natalina, verbas rescisórias, até o prazo estipulado na lei, em cada mês no qual persistir a obrigação de pagamento. Se o atraso for superior a 3 (três) dias, será acumulada à Contratante a pontuação estabelecida para as FALTAS MÉDIAS. Na hipótese de o atraso nos pagamentos acima mencionados resultar descontinuidade do | |

| <u>ITEM</u> | <u>INADIMPLEMENTO</u> | <u>CLASSIFICAÇÃO</u> |
|-------------|---|----------------------|
| | <p>serviço, será acumulada à Contratante a pontuação estabelecida para as FALTAS GRAVES.</p> <p>Nota Explicativa: A pontuação aqui definida deve ser atribuída para cada atraso e para cada obrigação. Assim, por exemplo, se houver atraso no mesmo mês de salário, de vale transporte e de vale alimentação, o valor da pontuação deve ser multiplicado por 3. De forma semelhante, se houver, por exemplo, atraso apenas do salário em quatro meses consecutivos, o valor da pontuação deve ser multiplicado por 4.</p> | |
| 5 | Não manter as condições de habilitação aferidas no processo licitatório durante a vigência do contrato. | FALTA MÉDIA |
| 6 | Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, superior a 24 (vinte e quatro) horas e menor que 72 (setenta e duas) horas. | |
| 7 | <p>Não substituir mão-de-obra faltosa dentro do prazo de até 4 (quatro) horas (a pontuação do nível de criticidade média será atribuída a cada mão-de-obra faltosa). Após as primeiras 24 horas sem a substituição da mão de obra faltante, a cada dia que se repetir o fato será acumulada à Contratante a pontuação estabelecida no item das FALTAS GRAVES.</p> <p>Nota explicativa: O processo de sanção desta conduta em nada se relaciona com os procedimentos administrativos de glosa da Nota Fiscal, haja vista que esta última não possui caráter sancionatório, mas sim de fiscalização e ateste para apurar se os serviços contratados foram efetivamente prestados.</p> | |
| 8 | Deixar de manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os de Equipamentos de Proteção Individual - EPI 's. | |
| 9 | Deixar de indicar preposto ou indicá-lo sem capacidade de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos ou ainda não atender ao pedido fundamentado de substituição do preposto. | |

| ITEM | INADIMPLEMENTO | CLASSIFICAÇÃO |
|-------------|---|----------------------|
| 10 | Deixar o preposto de vistoriar adequadamente as instalações, verificando as necessidades diárias de serviço e orientando devidamente os funcionários da contratada. | |
| 11 | Deixar de emitir, ou emitir com atraso superior a 30 (trinta) dias, Nota Fiscal dos serviços contratados devido ao não pagamento de tributos, encargos sociais e trabalhistas, especialmente INSS e FGTS. | |
| 12 | Descumprimento de determinação expressa da Fiscalização. | FALTA GRAVE |
| 13 | Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, superior a 72 (setenta e duas) horas. | |
| 14 | Não observar as normas legais e regulares aplicáveis e, inclusive, às recomendações da Administração. | |
| 15 | Dificultar a fiscalização da Administração quando da execução dos serviços. | |
| 16 | Deixar de registrar as ocorrências no livro apropriado | |
| 17 | Atraso no envio das informações dos funcionários solicitados pela CONTRATANTE, no caso do pagamento direto, superior a 72 (setenta e duas) horas. | FALTA GRAVÍSSIMA |
| 18 | Inexecução total do contrato | |
| 19 | Subcontratação parcial ou total, não admitidas no Termo de Referência ou no Contrato. | |
| 20 | Não prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas no contrato. | |
| 21 | Não pagar ou atrasar o pagamento dos encargos relativos ao INSS e ao FGTS referentes aos funcionários empregados na execução do contrato. | |
| NOTA-1 | As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que tenham ocorrido no prazo de avaliação. | |
| NOTA-2 | A não regularização dos problemas reclamados nos prazos estabelecidos, implica na aplicação de nova penalidade e assim por diante até sua regularização. | |




| ITEM | INADIMPLEMENTO | CLASSIFICAÇÃO |
|--------|---|---------------|
| NOTA-3 | Para as ocorrências que não constam da relação acima, será aplicado o Nível de Criticidade correspondente às irregularidades de mesmo grau de comprometimento dos serviços previstos nesta tabela, salvo as penalidades passivas de aplicação direta, independentemente do somatório de pontos. | |

18.5. As condutas qualificadas como Falta Gravíssima, poderão ensejar aplicação direta de penalidade independente do somatório de pontuação e da associação entre Pontuação e Sanção Aplicável contida na planilha abaixo.

18.6. Havendo o não cumprimento de outras obrigações contratuais ou o cometimento de infrações contratuais não classificadas expressamente no subitem anterior, deverá o responsável pela Fiscalização do contrato indicar seu nível de gravidade.

18.7. O acúmulo de pontos decorrente(s) de infração(ões) cometida(s) pela contratada ao longo da vigência contratual ensejará a aplicação das seguintes sanções:

| PONTUAÇÃO | SANÇÃO APLICÁVEL |
|-------------------|---|
| De 01 a 03 pontos | Advertência. |
| De 04 a 09 pontos | Multa compensatória de até 2% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato. |
| De 10 a 15 pontos | Multa compensatória de até 6% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato. |
| De 16 a 21 pontos | Multa compensatória de até 10% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato. |
| De 22 a 27 pontos | Multa compensatória de até 10% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato, CUMULADA com: a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Instituição, pelo prazo de até 02 (dois) anos; OU, b) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos. Nota explicativa: A cominação desta sanção acarretará a rescisão unilateral do contrato, vez que característica da pena não se coaduna com a manutenção da avença. |
| Mais de 27 pontos | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. |

| PONTUAÇÃO | SANÇÃO APLICÁVEL |
|-----------|---|
| | Nota explicativa: A cominação desta sanção acarretará a rescisão unilateral do contrato, vez que característica da pena não se coaduna com a manutenção da avença. |

18.8. No caso de descumprimento injustificado de qualquer prazo fixado neste documento, poderá ser aplicada multa moratória, à proporção de 0,333% (zero vírgula trezentos e trinta e três por cento) por dia de atraso, observadas as seguintes condições:

- A multa de mora incidirá sobre a parcela em atraso (ou na impossibilidade de identificação da parcela, do valor mensal do contrato) e poderá ser acumulada com quaisquer das demais sanções previstas nesta cláusula;
- O percentual acumulado da multa de mora ficará limitado a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato; e,
- Os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados faltas de leve a gravíssima, segundo a parcela concretamente inadimplida.

18.9. Havendo motivo justo (aceito pela Administração) ou comprovada força maior ou caso fortuito, fica o particular isento de sanção.

18.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.12. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (dias) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

19. PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

19.1. O procedimento com fins de aplicação de sanção, denominado de *apuração de irregularidade contratual*, deverá ser autuado de forma independente ao processo de execução do contrato e ao ser finalizado, ANEXADO no processo de contratação.

19.2. O processo, como regra geral, é iniciado pelo fiscal do contrato, o qual, após a verificação de ocorrência de uma conduta em desacordo à avença, instrui formalmente o gestor de contratos com os dados básicos do fato, mediante registro da ocorrência nos Sistemas da Polícia Federal.

19.3. Cabe ao gestor de contratos elaborar minuta de ofício à contratada abrindo prazo de 10 (dez) dias seguidos para defesa prévia. Tal documento será assinado pelo Chefe do SELOG e informará claramente qual a conduta da contratada e, se possível, qual a disposição contratual ou legal descumprida.



19.4. Após a resposta, caberá ao Gestor de Contratos, ou à Comissão Especialmente nomeada para o processo, a análise da defesa prévia e do procedimento como um todo, determinando a realização de possíveis diligências e, ao final, elaborando relatório no qual sugere a aplicação ou não de sanção e, se for o caso, qual a penalidade que entende adequada ao caso.

19.4.1. Todas as diligências instrutórias solicitadas pelo Gestor de Contratos (ou pela Comissão, conforme o caso), poderão ser acompanhadas por representante da empresa contratada. Para tanto, esta deverá a contratada ser notificada com pelo menos **03 (três) dias úteis** de antecedência da realização de tais diligências, consoante §2º do art. 26 da Lei nº 9.784/1999.

19.5. Após a emissão do relatório o Chefe do SELOG providenciará o envio de tal documento à empresa contratada que esta tome ciência do mesmo e, caso deseje, apresente **manifestação em até 10 (dez) dias**, na forma do art. 44 da Lei 9.784/1999.

19.6. Incumbe ao Chefe do SELOG analisar todos os documentos produzidos, subsidiando o Superintendente com informações relevantes para que este decida o caso, definindo a pontuação e/ou cominando a sanção à contratada.

19.6.1. No caso em que a decisão do processo de apuração de irregularidade contratual couber ao Ministro de Estado, o processo, após a instrução, deverá ser remetido ao Ministério com as cópias dos documentos pertinentes, dentre eles destaca-se: termo de contrato, termos aditivos, apostilas, termo de referência, portarias de nomeação de fiscais e relatório de fiscalização.

19.7. Da decisão final caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da ciência da contratada sobre a referida decisão. O recurso será direcionado ao Diretor-Geral da Polícia Federal, mas caberá ao Superintendente Regional a análise da admissibilidade. Este poderá rever sua decisão, caso acate as razões do recurso. Caso decida por manter a decisão, encaminhará o processo ao Diretor Geral.

19.8. Finalizado o procedimento, incumbe ao Chefe do SELOG adotar as seguintes condutas, dentre outras:

19.8.1. Comunicar, mediante ofício, o resultado do procedimento à contratada;

19.8.2. Determinar à pessoa responsável a anotação da pena no SIASG – Sistema de Administração e Serviços Gerais do Governo Federal – ou, conforme o caso, no SICAF;

19.8.3. Tratando-se de aplicação de multa, o processo será remetido ao NEOF para providências de utilização de garantia ou de desconto dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à contratada.

19.8.4. Envio ao fiscal do contrato de cópia (preferencialmente digital) da decisão que aplicou a penalidade, com fins de realizar o registro da ocorrência.

19.9. Sempre que possível o procedimento obedecerá ao previsto nas Leis nº 8.666/1993 e nº 9.784/1999.

20. RESCISÃO



20.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

20.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

20.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em **rescindir o contrato por inexecução total ou parcial do contrato**, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/1993.

20.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

20.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

20.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

20.4.3. Indenizações e multas.

20.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/1993, **sem que haja culpa do contratado**, será este **ressarcido dos prejuízos** regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

20.5.1. Devolução de garantia;

20.5.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

20.5.3. Pagamento do custo da desmobilização.

20.6. Poderá ainda a contratante rescindir o contrato por **conveniência e oportunidade**, respeitada **antecedência de 45 (quarenta e cinco) dias**. Para caracterização desse prazo, a contratada deve ser comunicada formalmente.

21. VEDAÇÕES

21.1. É vedado à CONTRATADA:

21.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

21.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE por período inferior a 90 (noventa) dias.

22. ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS DO CONTRATO

22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

22.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



23. GARANTIA

23.1. Para a execução das obrigações assumidas, a PF exigirá da empresa CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93.

23.2. O prazo de vigência da garantia deve corresponder à do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias. Tal disposição justifica-se pela necessidade de a Contratante averiguar o cumprimento de todas as obrigações sociais e trabalhistas da Contratada após o término do contrato, no que se refere aos funcionários da Contratada que possuem dedicação exclusiva de trabalho, conforme objeto deste contrato

23.2.1. A garantia será liberada ou restituída após os 90 (noventa) dias mencionados no item imediatamente acima e desde que não haja pendências da CONTRATADA junto à SR/PF/MA.

23.3. O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução dos serviços, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da União ou de terceiros, bem como adimplir obrigações sociais, previdenciárias, de FGTS e trabalhistas da contratada para com os funcionários que prestam seus serviços na SR/PF/MA.

23.4. O valor da garantia se reverterá em favor da PF, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da contratada, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

23.5. Havendo interesse em estender a vigência contratual, a SR/PF/MA exigirá reforço e/ou prorrogação da garantia.

24. SUJEIÇÃO DAS PARTES ÀS NORMAS LEGAIS

24.1. Além das cláusulas deste contrato, as partes declaram-se sujeitas às normas previstas nos seguintes normativos: Lei nº 9.632/1998 (Extinção de cargos), Lei nº 10.520/2002 (Pregão), Decretos nº 2.271/1997 (Terceirização na Administração), Decreto nº 5.450/2005 (Pregão Eletrônico), Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto das ME e EPP), Decreto nº 6.204/2007 (Regula o tratamento diferenciado a ME e EPP nas licitações) e Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MPOG (Contratos Continuados), aplicando-se subsidiariamente as normas da Lei nº 8.666/1993 (Lei geral de licitações), Decreto nº 3.722/2011 (SICAF), IN nº 51/2011-DG/DPF (Atribuições de fiscais e gestores de contratos) e na legislação complementar.

25. CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos serão resolvidos entre as partes, respeitados o objeto do Contrato, a legislação aplicável ao caso, conforme **Cláusula 24**, os preceitos de direito público, e supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.



26. PUBLICAÇÃO DE EXTRATO CONTRATUAL

26.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos no Diário Oficial da União, como condição indispensável de eficácia, que será providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, no termos do parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/1993.

27. FORO

27.1. As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Maranhão – São Luís, como competente para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Luís (MA), 17 de julho de 2017.


CONTRATANTE – SR/PF/MA


CONTRATADA – NACIONAL

Lívio Feitosa
Diretor
Maranhão Soluções e Serviços Ltda ME

Testemunhas:

Nome: Celso S. Silva

CPF: 85743356300

Nome: Marcilda do Socorro dos Santos

CPF: 848.690.493-91

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE SUPORTE AO SISTEMA EDUCACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA DE SEGURANÇA E SERVIÇOS GERAIS NAS ESCOLAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pelo presente, atestamos para os devidos fins de direito, que a empresa **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ nº 19.152.814/0001-70, mantém conosco os contratos de Nº 01/2017/Seduc, 02/2017/Seduc, 03/2017/Seduc, 04/2017/Seduc, 78/2017/Seduc, 79/2017/Seduc, 82/2017/Seduc, 83/2017/Seduc.

Vigência: 17/02/2017 à 16/02/2018, Aditivado conforme 1º Termo Aditivo com vigência à contar a partir de 17/02/2018 para mais 12 (doze) meses.

Quantitativo de postos somados: 82 (Oitenta e dois) postos.

Objeto: Contratação de Empresa com mão de obra especializada para prestação de serviços de copeiragem escolar (Manipulação de Alimentos), objetivando suprir as necessidades de preparação e distribuição de uma alimentação balanceada específica para os alunos das escolas da Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/MA.

Informamos que os serviços estão sendo prestados de forma satisfatória, e que até a presente data não há em nossos registros nada de desabone a conduta da referida empresa.

São Luís, 26 de Julho de 2018


Luiz Henrique Cavalcante Lindoso
Fiscal de Contratos – SEDUC/MA

Luiz Henrique Cavalcante Lindoso
Supervisor de Segurança Escolar
Matrícula: 976951

**ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE SUPORTE AO SISTEMA EDUCACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA DE SEGURANÇA E SERVIÇOS GERAIS NAS ESCOLAS**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pelo presente, atestamos para os devidos fins de direito, que a empresa NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº 19.152.814/0001-70, mantém contrato com esta secretaria prestando serviços de Agentes de Portaria, nas escolas da rede estadual com 30 postos de serviços, conforme contatos de n.º 35,36,37/2018, divididos nas seguinte URES (Unidade Regional de Educação), com a vigência de 30/05/2018 a 30/05/2019.

Atestamos ainda, que os serviços estão sendo prestados de acordo com o estabelecido em contrato, não havendo em nossos registros, nada que desabone a conduta da referida empresa.

São Luís, 22 de março de 2019



Luiz Henrique Cavalcante Lindoso
Fiscal de Contratos – SEDUC/MA


Superintendente de Segurança Escolar
Matrícula: 976951

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, inscrito no CNPJ 03.775.543/0001-79, localizado na Avenida Jerônimo de Albuquerque, S/N – Cohama – São Luís (MA), atesta para os devidos fins, que a empresa **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita sob o CNPJ nº 19.152.814.0001-70, localizado na Rua Duque de Caxias, Quadra 04, Casa nº24, Bairro Recantos dos Nobres, São Luís/MA atende o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial desde 01/08/2018 a 16/01/2020, prestando serviços de limpeza predial com fornecimento de mão de obra com 12 postos, sendo 11 (Onze) auxiliar de serviços gerais e 1 (UM) Encarregado, equipamentos e insumos nas unidades operacionais, referente ao **CONTRATO Nº 03.039/2018**, cumprindo com as obrigações assumidas dentro dos padrões de qualidade e prazos contratados, nada havendo que desabone sua conduta.

São Luís, 13 de fevereiro de 2020.


Robson Luís da Silva
Coordenadoria de Gestão e Suprimentos
Núcleo de Logística



**SENAI
MARANHÃO**



SENAI

Cont. 03.039/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O DEPARTAMENTO REGIONAL DO SENAI, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI/DR-MA E A EMPRESA NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME, NOS TERMOS DO EDITAL Nº. 004/2018 - PREGÃO PRESENCIAL

CONTRATANTE: SENAI DR/MA – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, Departamento Regional do Maranhão, situado nesta Capital, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Edifício Casa da Indústria Albano Franco, 2º andar, entidade de direito privado, inscrito no CNPJ sob o n.º. 03.775.543/0001-79, neste ato representado pelo seu Diretor Regional, o Sr. Marco Antonio Moura da Silva.

CONTRATADA: EMPRESA NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, regida pelas disposições contidas no inscrita no CNPJ sob nº. 19.152.814/0001-70, estabelecida na Rua 01, Casa 24, Qd. 04, Recanto dos Nobres, São Luís/MA, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. Livio Ferreira Feitosa, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº. 205576-4, CPF nº. 892.673.893-00.

Tendo em vista o constante no Processo nº. 1506517, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, que será regido pelo **Regulamento de Licitações e Contratos do SENAI**, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as normas gerais vigentes, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na **Prestação de Serviços de Limpeza Predial, com o fornecimento de mão de obra, material de consumo e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, Lote I e III**, para atender os Centros de Educação Profissional e Tecnológico do SENAI-MA: CEPT Açailândia, CEPT Bacabal, CEPT Caxias, CEPT Balsas, CEPT Raimundo Franco Teixeira e CEPT Itaqui Bacanga, nas quantidades e características exigidas, conforme Termo de Referência e anexos deste Edital.

Parágrafo Primeiro - A contratação dos serviços estipulados neste Contrato, no Edital nº. 004/2018 - PREGÃO PRESENCIAL, e seus anexos, e na Proposta de Preços da CONTRATADA que fazem parte integrante e complementar deste instrumento independentemente de transcrição.

Parágrafo Segundo - O serviço ora contratado foi objeto de licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAI/DR-MA e, subsidiariamente, das normas gerais vigentes.

Parágrafo Terceiro - O responsável pelo acompanhamento e fiscalização deste Contrato será designado através de Portaria específica para este fim.



SESI

Serviço Social
da Indústria

SENAI

Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

IEL

Instituto
Euvaldo Lodi

Departamento
Regional do Maranhão

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N 1º Andar Edif. Casa
da Indústria Albano Franco – Retorno da Cohama -
CEP: 65060-645

São Luís - MA
Telefones: (98) 2109-1800/1835

Telefax: (98) 2109-1864

Site: www.fiema.org.br



SENAI
MARANHÃO



SENAI

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor para o lote I é de **R\$ 19.666,66** (dezenove mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) mensal e de **R\$ 235.999,92** (duzentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos) anual.

2.2. O valor para o lote III é de **R\$ 8.617,74** (oito mil seiscentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos) mensal e de **R\$ 103.412,88** (cento e três mil quatrocentos e doze reais e oitenta e oito centavos) anual.

Parágrafo Primeiro - No valor unitário fixado no "caput" desta cláusula, estão incluídos todos os ônus e custos de materiais, encargos trabalhistas e sociais com mão-de-obra e equipamentos necessários à perfeita conclusão dos serviços, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelo recolhimento dos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, por acordo entre as partes, formalizado por Termo Aditivo.

Quando da prorrogação contratual, o CONTRATANTE:

- Assegurar-se-á de que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma nova licitação;
- A CONTRATANTE não poderá prorrogar o contrato se a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensão no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

O prazo para execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, após assinatura da Autorização de Serviços, e o prazo de vigência do contrato será de **15 (quinze) meses**.

Parágrafo Primeiro – A administração do SENAI/DR-MA, convocará oficialmente a Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para aceitar ou retirar a APS – Autorização de Prestação de Serviços, sob pena de decair o direito a execução, sem prejuízo das sanções legais previstas.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ENCARREGADO

Atribuições:

- Supervisionar, coordenar e orientar os serviços dos serventes, zelando pelo cumprimento dos prazos e pela qualidade dos serviços;
- Distribuir tarefas aos serventes;

FIEMA

Federação das
Indústrias
do Estado do
Maranhão



SENAI

Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

IEL

Instituto
Euvaldo Lodi

Departamento
Regional do Maranhão

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N 1º Andar Edif. Casa
da Indústria Albano Franco – Retorno da Cohama -
CEP: 65060-645

São Luís - MA
Telefones: (98) 2109-1800/1835
Telefax: (98) 2109-1864
Site: www.fiema.org.br



SENAI
MARANHÃO



SENAI

- Auxiliar na conferência de pedidos de material;
- Acompanhar os serviços em execução;
- Proceder à revisão diária dos serviços executados;
- Reportar-se ao fiscal do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- Acatar as orientações do fiscal do contrato, inclusive naquilo que diz respeito ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e de Medicina do Trabalho;
- Relatar ao fiscal do contrato de forma imediata, toda e qualquer irregularidade observada nos locais onde os serviços estão sendo prestados;
- Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e instalações; e. Manter sigilo sobre documentos elaborados e assuntos tratados;
- Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos no Edital e no Contrato firmado, durante o horário em que estiver prestando os serviços;
- Tratar todos os servidores da CONTRATANTE, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção;
- Executar as demais atividades inerentes ao cargo e necessárias ao bom desempenho do trabalho.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Atribuições:

- Efetuar a limpeza varrer, lavar, passar pano úmido no piso e nos bens e móveis, aspirar pó, respeitando as recomendações dos fabricantes dos produtos e equipamentos utilizados;
- Abastecer os banheiros com os materiais necessários à higiene (papel higiênico, papel toalha e sabonete, sabão líquido) nos sanitários, colocação de sacos plásticos nas lixeiras, recolhimento de lixo destinando-os aos depósitos, observando para que não falem;
- Proceder à coleta seletiva do papel para reciclagem, quando orientado;
- Apontar e comunicar consertos necessários à conservação de bens e instalações, providenciando, se for o caso, a sua execução, com a anuência do fiscal do contrato;
- Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do fiscal do contrato, por meio do preposto (encarregado) da empresa contratada;
- Tratar todos os servidores da CONTRATANTE, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção;
- Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos no Edital e no Contrato firmado, durante o horário em que estiver prestando os serviços;
- Encaminhar ao conhecimento da CONTRATANTE, por meio do preposto (encarregado) da empresa CONTRATADA, de forma imediata e em qualquer circunstância, a constatação de pessoas com atitude suspeita observada nas dependências da CONTRATANTE;
- Zelar pela segurança, limpeza e manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos;

FIEMA

Federação das
Indústrias
do Estado do
Maranhão



SENAI

Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

IEL

Instituto
Euvaldo Lodi

Departamento
Regional do Maranhão

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N 1º Andar Edif. Casa
da Indústria Albano Franco – Retorno da Cohama -
CEP: 65060-645

São Luís - MA
Telefones: (98) 2109-1800/1835
Telefax: (98) 2109-1864
Site: www.fiema.org.br



SENAI
MARANHÃO



SENAI

- Executar as demais atividades inerentes ao cargo e aquelas necessárias ao bom desempenho do trabalho.
- Executar limpeza em áreas envidraçadas e transportar móveis, equipamentos e materiais.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado após 30 (trinta) dias, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, discriminada e atestada pelo setor competente, tanto para os serviços permanentes como para os serviços eventuais, através de ordem bancária na conta corrente do Contratado.

Parágrafo Primeiro - O pagamento das faturas ou notas fiscais do mês subsequente ao vencimento, só será efetuado mediante a apresentação, pela CONTRATADA: do comprovantê de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; do comprovante de regularidade às Contribuições Previdenciárias, expedida pelo INSS.

Parágrafo Segundo - Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal ou fatura do objeto contrato, esta será devolvida à CONTRATADA, em no máximo **02 (dois) dias úteis**, a contar da data da apresentação, para as devidas correções. Neste caso o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante.

Parágrafo Terceiro – O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Parágrafo Quarto – A Contratada autoriza a Contratante, a efetuar, o pagamento remanescente em juízo, para garantir o FGTS, débitos trabalhistas e previdenciários diante do descumprimento das obrigações da empresa contratada para com seus empregados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- Apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;
- Efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- Manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;
- Manter seus empregados e prepostos uniformizados, fornecendo-lhes uniformes e calçados, de acordo com a respectiva categoria profissional, no número mínimo de 02 (dois) ao iniciar o contrato, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;

Fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do início da execução do contrato:

FIEMA

Federação das
Indústrias
do Estado do
Maranhão

Serviço Social
da Indústria

SENAI

Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

IEL

Instituto
Euvaldo Lodi

Departamento
Regional do Maranhão

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N 1º Andar Edif. Casa
da Indústria Albano Franco – Retorno da Cohama -

CEP: 65060-645

São Luís - MA

Telefones: (98) 2109-1800/1835

Telefax: (98) 2109-1864

Site: www.fiema.org.br



SENAI
MARANHÃO



SENAI

- a) Relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de lotação, com a devida qualificação exigida, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços;
- b) Comunicar ao gestor do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as no Livro de Ocorrências, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos.

Substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:

- a) Falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da comunicação da ausência;
 - b) Gozo de férias, afastamentos legais de qualquer natureza ou demissão, a partir da data de início do período;
 - c) Automaticamente, após 03 (três) advertências, devidamente registradas no livro de ocorrências;
 - d) Quando não possuir a qualificação mínima exigida; e
 - e) Sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes a CONTRATANTE, devidamente justificado, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação;
- Controlar a frequência, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados e apresentar relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos por ocasião da elaboração da Nota Fiscal/Fatura.
 - Na hipótese da CONTRATANTE manifestar a desnecessidade de substituição de profissional nas ocorrências de ausência temporária, as faltas deverão ser deduzidas da respectiva Nota Fiscal/Fatura, não ensejando qualquer sanção à CONTRATADA.
 - Fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;
 - Pagar os salários através de depósito bancário, na conta dos empregados; Em caso de impossibilidade de cumprimento deste item, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a CONTRATANTE possa verificar a realização do pagamento;

Pagar aos empregados, no mês subsequente ao da prestação do serviço:

- a) Salários, até o 5º (quinto) dia útil;
- b) Auxílio-Transporte, até o 5º (quinto) dia útil;



SENAI
MARANHÃO



SENAI

- c) Auxílio-Alimentação, até o 5º (quinto) dia útil;
- d) Férias, até 2 (dois) dias antes do início do gozo;
- e) 13º Salário, até dia 20 (vinte) de dezembro;

- Recolher, no mês subsequente ao da prestação do serviço, os encargos decorrentes de FGTS e INSS;
- Efetivar todos os pagamentos e os ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes deste Contrato, tendo em vista que os empregados da CONTRATADA não terão nenhum vínculo com a CONTRATANTE;
- Efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do "BANCO DE HORAS", de acordo com o que tiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria profissional e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/43;
- Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pela CONTRATANTE; O atraso no pagamento de fatura por parte da CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;
- Cumprir todas as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho, bem como, obrigações dispostas na legislação trabalhista em relação aos empregados vinculados ao contrato;
- Assumir total responsabilidade e tomar todas as providências estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- Encaminhar à Fiscalização da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a Relação de empregados que estarão de férias no período subsequente, assim como informar os dados daqueles que irão substituí-los, inclusive com a apresentação dos documentos que comprovem a qualificação técnica dos substitutos exigida no edital;
- Comparecer o Preposto, pelo menos 1 (uma) vez por semana, para verificar o andamento da execução contratual bem como, atender no que for necessário, as solicitações dos empregados da CONTRATADA e do Fiscal da CONTRATANTE. Ficará a critério do Fiscal da CONTRATANTE, a dispensa eventual desta visita;
- Selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato.
- Alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas;
- Manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado.
- Manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios.
- Fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

FIEMA

Federação das
Indústrias
do Estado do
Maranhão



SENAI

Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

IEL

Instituto
Euvaldo Lodi

Departamento
Regional do Maranhão

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N 1º Andar Edif. Casa
da Indústria Albano Franco – Retorno da Cohama -

CEP: 65060-645

São Luís - MA

Telefones: (98) 2109-1800/1835

Telefax: (98) 2109-1864

Site: www.fiema.org.br



SENAI
MARANHÃO



SENAI

Apresentar os documentos à CONTRATANTE, na periodicidade e prazos listados abaixo:

1. No início da execução contratual e sempre que houver ADMISSÕES de empregados:

1.1 Relação Nominal dos Empregados, até o 1º dia de atividade laboral do funcionário admitido, indicando nome completo, função, local e horário do posto de trabalho, números de carteira de identidade (RG) e de CPF, endereço e telefone residenciais, número de celular;

1.2 Cópia do Exame Admissional devidamente assinado, antes do funcionário iniciar as atividades laborais;

1.3 Cópia do Contrato de Trabalho devidamente assinado, antes do funcionário iniciar as atividades laborais;

1.4 Cópia da Carteira de Trabalho (onde constam os dados do funcionário e o registro de admissão), até 30 (trinta) dias a contar da data de início da execução do contrato ou da admissão do empregado.

1.5 Comprovante de entrega dos uniformes, assinado pelo funcionário, até 30 (trinta) dias a contar da data de início da execução contratual ou da admissão do empregado.

2. Mensalmente, até o 10º dia do mês:

2.1 Comprovantes de Pagamentos (do mês anterior à prestação do serviço) da Remuneração, Férias, 13º Salário, Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação e demais benefícios, com assinatura dos empregados atestando o recebimento dos valores.

2.2 SEFIP (do mês anterior à prestação do serviço), contendo: Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher a Previdência Social e a outras Entidades e Fundos por FPAS, Relatório Analítico da GRF, Relatório Analítico de GPS, Relação de Tomador/Obras – RET, Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP com Protocolo de Envio;

2.3 Guia do INSS (do mês anterior à prestação do serviço) com comprovante de pagamento ou Relatório de Compensações da GFIP/SEFIP;

2.4 Guia do FGTS (do mês anterior à prestação do serviço) com comprovante de pagamento;

2.5 Controles de Ponto assinado pelos empregados (do mês anterior à prestação do serviço).

3. Quando solicitado pelo Fiscal do Contrato:

3.1 Extratos da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado;

3.2 Cópias da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;

3.3 Cópias dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

3.4 Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

FIEMA

Federação das
Indústrias
do Estado do
Maranhão



SENAI

Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

IEL

Instituto
Euvaldo Lodi

Departamento
Regional do Maranhão

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N 1º Andar Edif. Casa
da Indústria Albano Franco – Retorno da Cohama -
CEP: 65060-645

São Luís - MA
Telefones: (98) 2109-1800/1835

Telefax: (98) 2109-1864
Site: www.fiema.org.br



**SENAI
MARANHÃO**



SENAI

3.5 Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

4. Na extinção ou rescisão contratual e sempre que houver DEMISSÕES de empregados:

4.1 Cópia autenticada do Termo de Rescisão, devidamente assinado, até 30 (trinta) dias a contar da data de demissão do empregado. Caso o funcionário tenha mais de 1 (um) ano de serviço na empresa, o Termo de Rescisão deve estar homologado pelo Sindicato da categoria ou pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);

4.2 Guia de recolhimento do INSS e do FGTS, com comprovante de pagamento, referente à rescisão contratual do empregado;

4.3 Extrato do FGTS referente aos depósitos efetuados na conta vinculada individual do empregado dispensado;

4.4 Cópia do Exame Demissional, devidamente assinado, até 30 (trinta) dias a contar da data de demissão do empregado;

4.5 Apresentar, caso não seja possível obter a assinatura do funcionário, (como exemplo: abandono de emprego), notificação para assinatura dos documentos, via AR (Aviso de Recebimento) enviado ao funcionário, em substituição à assinatura do mesmo;

- Providenciar a emissão da Nota Fiscal somente após o recebimento do Relatório Mensal de Fiscalização do Fiscal da CONTRATANTE. Caso a CONTRATADA emita a Nota Fiscal antes da autorização do Fiscal da CONTRATANTE, estará sujeita a ter que cancelar a mesma, caso o Fiscal assim julgar.
- Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus funcionários quando da execução do serviço objeto contratado;
- Refazer os serviços que, a juízo do representante do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
- Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados;
- Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE ou de outra empresa prestadora de serviço;
- Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los quando exigido pelas normas de segurança do Trabalho;
- Encaminhar mensalmente a relação dos produtos químicos efetivamente utilizados;



SENAI
MARANHÃO



SENAI

- Utilizar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, bem como aos critérios de eficácia e segurança comprovados pela regularidade junto à ANVISA;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados, desde o início da execução dos serviços, uniformes NOVOS, em tamanho adequado para os funcionários.
- A CONTRATADA também deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes
- Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e materiais deverão ser repassados aos seus empregados.
- As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatível com o clima, durável e que não desbotem facilmente.
- Os uniformes deverão conter o emblema da CONTRATADA, de forma visível, preferencialmente, na própria camisa, podendo para isso conter um bolso, do lado esquerdo, para a sua colocação.
- Os uniformes deverão ser entregues aos empregados da CONTRATADA, mediante recibo em relação nominal, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao responsável pela fiscalização da prestação dos serviços.
- Relação de itens do uniforme.
- Relação de materiais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Caberá ao SENAI as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

- Permitir acesso dos empregados da contratada às suas dependências para a execução dos serviços;
- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada ou por seus prepostos;
- Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados;
- Comunicar oficialmente à contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- Acompanhar a entrega dos uniformes, quando for o caso, rejeitando os que não apresentarem boa qualidade e perfeito caimento nos profissionais, ou ainda os que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos, solicitando à contratada as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.
- Qualquer alteração de preço na execução do serviço determinado pelo mercado caberá a contratante analisar e posicionar-se junto à contratada, mediante a pesquisa de preço com ajuste para manter o reequilíbrio econômico financeiro;

FIEMA

Federação das
Indústrias
do Estado do
Maranhão

SESI

Serviço Social
da Indústria

SENAI

Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

IEL

Instituto
Euvaldo Lodi

Departamento
Regional do Maranhão

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N 1º Andar Edif. Casa
da Indústria Albano Franco – Retorno da Cohama -
CEP: 65060-645

São Luís - MA
Telefones: (98) 2109-1800/1835
Telefax: (98) 2109-1864
Site: www.fiema.org.br



SENAI
MARANHÃO



SENAI

- A contratante efetuará o pagamento da contratada em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, no setor competente, correspondente ao serviço prestado;
- A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será exclusivamente através de pessoas por ela credenciadas;
- Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato;
- Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- Anotar em registro próprio e notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais deficiências no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que esta venha a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratado;
- Informar à CONTRATADA nome e telefone do gestor do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
- Fornecer informações necessárias para a execução do serviço;

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

- Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à CONTRATANTE.
- A Fiscalização é exercida no interesse da CONTRATANTE; não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.
- A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as cláusulas deste contrato.
- Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.
- Caberá ao gestor do contrato o recebimento da nota fiscal/fatura apresentada pela contratada e a devida atestação dos serviços, para fins de liquidação e pagamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OUTRAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- Se for necessário, e a critério da CONTRATANTE, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos neste termo de Referência, desde que a necessidade seja comunicada previamente à contratada podendo, neste caso, haver compensação entre a carga horária semanal prevista no dissídio da categoria envolvida;
- É vedada a veiculação de publicidade acerca dos contratos, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE;
- É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução dos serviços previstos neste Termo de Referência;

FIEMA

Federação das
Indústrias
do Estado do
Maranhão



SENAI

Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

IEL

Instituto
Euvaldo Lodi

Departamento
Regional do Maranhão

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N 1º Andar Edif. Casa
da Indústria Albano Franco – Retorno da Cohama -
CEP: 65060-645
São Luís - MA

Telefones: (98) 2109-1800/1835
Telefax: (98) 2109-1864
Site: www.fiema.org.br

CLÁUSULA DÉCIMA - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

A repactuação deste contrato é permitida para os valores provenientes de acordo, convenção ou dissídio coletivos de trabalho exclusivamente para os itens de custos de mão de obra, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir admitindo-se como termo inicial a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

Parágrafo Primeiro - O primeiro reajuste dos itens mencionados no parágrafo anterior levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

Parágrafo Segundo - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade da repactuação será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão de obra da contratação.

Parágrafo Terceiro - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

Parágrafo Quarto - A repactuação será precedida de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos relativos à mão de obra, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

Parágrafo Quinto - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

Parágrafo Sexto - Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

Parágrafo Sétimo - Desde que acordada entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste torneio.

FIEMA

Federação das
Indústrias
do Estado do
Maranhão



SENAI

Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

IEL

Instituto
Euvaldo Lodi

Departamento
Regional do Maranhão

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N 1º Andar Edif. Casa
da Indústria Albano Franco - Retorno da Cohama -
CEP: 65060-645
São Luís - MA

Telefones: (98) 2109-1800/1835
Telefax: (98) 2109-1864
Site: www.fiema.org.br



**SENAI
MARANHÃO**



SENAI

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A rescisão poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- a) Administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados no Regulamento de Licitações e Contratos do SENAI e, subsidiariamente, naqueles listados nas normas gerais vigentes;
- b) Judicialmente, nos termos da legislação;
- c) O não cumprimento por uma das partes, de quaisquer das condições previstas no presente instrumento, no edital e seus anexos, dará a outra o direito de rescindi-lo, ficando a parte faltosa responsável pelas obrigações que advirem relativas aos serviços prestados ou não.

Parágrafo Primeiro - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo - As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra o CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento do prazo para retirada da APS – Autorização de Prestação de Serviços ou da assinatura do Contrato incidirá em multa sobre o valor total, na seguinte forma:

- a) Atraso de até 03 (três) dias, multa de 1% (um por cento);
- b) A partir do 4º (quarto) dia até o limite do 8º (oitavo) dia, multa de 3% (três por cento), caracterizando a recusa da retirada da APS – Autorização de Prestação de Serviços ou assinatura do contrato a partir do 9º dia.

Se a Licitante vencedora recusar-se a retirar a APS ou Assinatura do Contrato, garantida a prévia e ampla defesa, sujeitará as seguintes penalidades:

- a) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado;
- b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o SENAI/MA, por prazo de até 02 anos.

O atraso injustificado na execução das obrigações, sem justificativa por escrito e aceito pela Contratante, incidirá em multa nos percentuais abaixo discriminados sobre o valor total contratado em favor da empresa infratora:

- a) Atraso de até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento), até o limite de 10% (dez por cento), e juros de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia;

FIEMA

Federação das
Indústrias
do Estado do
Maranhão

SENAI

Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

IEL

Instituto
Euvaldo Lodi

Departamento
Regional do Maranhão

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N 1º Andar Edif. Casa
da Indústria Albano Franco – Retorno da Cohama -

CEP: 65060-645

São Luís - MA

Telefones: (98) 2109-1800/1835

Telefax: (98) 2109-1864

Site: www.fiema.org.br



SENAI
MARANHÃO



SENAI

- b) A partir do 6º (sexto) dia até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por centos), caracterizando a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso;
- c) Em caso de inexecução total, multa no percentual de 10% (dez por cento) do valor do contratado.
- d) A inexecução total ou parcial do objeto licitado sujeitará a Licitante, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades: Advertência, multa, rescisão contratual e suspensão do direito de licitar ou contratar com o SENAI-MA, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA

A advertência poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) Descumprimento das obrigações contratuais, especialmente aquelas relativas às características dos bens, qualidade, quantidade, prazo ou recusa de fornecimento ou entrega, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior e aqueles que não acarretem prejuízos para o SENAI/DR-MA;
- b) Execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento do contrato desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS MULTAS

A multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais sanções: Advertência, rescisão contratual e suspensão do direito de licitar ou contratar com o SENAI-MA, por prazo até 02 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro - A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA desde logo autoriza o CONTRATANTE a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

Parágrafo Terceiro - Fica facultada a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUSPENSÃO

A suspensão temporária será aplicada quando ocorrer:

- Apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- Reincidência de execução insatisfatória do contrato, acarretando prejuízos ao SENAI/DR-MA;
- Atraso, injustificado, na execução e/ou conclusão do fornecimento, contrariando o disposto no contrato;
- Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;



SENAI
MARANHÃO



SENAI

- Irregularidades que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE, ensejando rescisão contratual;
- Ações com intuito de tumultuar a execução do contrato;
- Prática de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para licitar e contratar com o SENAI/DR-MA; e
- Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO DO CONTRATO

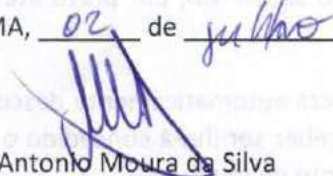
A CONTRATADA não poderá utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

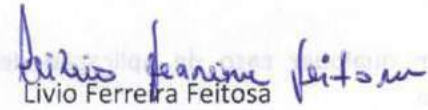
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da circunscrição judiciária de São Luís para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

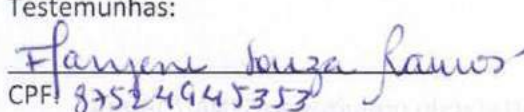
Para firmeza, e como prova de haverem entre si, justos e contratados, é lavrado o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor e valia, assinadas pelas partes e 02 (duas) testemunhas.

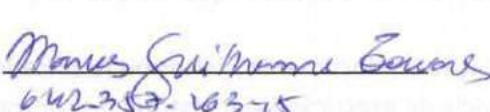
São Luís/MA, 02 de julho de 2018


Marco Antonio Moura da Silva
Diretor Regional do SENAI/DR-MA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL


Livio Ferreira Feitosa
Sócio Administrador
NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME

Testemunhas:


CPF: 87524945353
RG:


CPF: 642352-163-15
RG:

PREGÃO ELETRÔNICO N. 23/2019

DECLARAÇÕES

A empresa Nacional Soluções e Serviços EIRELI, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o número 19.152.814/0001-70, com sede na Rua 01, Quadra 04, Casa 24, Recanto dos Nobres, São Luís – MA, neste ato representada legalmente, do Senhor Livio Ferreira Feitosa, portador do RG n.º 0539391420142 e do CPF n.º 892.673.893-00, Declaramos que:

1. disporá, previamente à celebração do contrato, de recursos humanos que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo II), relativos a conhecimentos específicos, escolaridade, experiência e capacitação técnica, necessários à prestação dos serviços.;
2. Optamos pela não realização da vistoria, e que ter ciência e conhece todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, responsabilizando-se integralmente, também, pela execução dos serviços nas condições descritas no Termo de Referência;
3. manterá, durante toda a vigência do contrato, escritório localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, com pessoal capacitado para participar de reuniões, sanar dúvidas, apresentar documentos e prestar esclarecimentos sobre pagamentos, materiais, documentos, serviços e rotinas dos trabalhos.

São Luís 08 de Janeiro de 2021.

Nacional Soluções e Serviços



Livio Ferreira Feitosa

CPF Nº 892.673.893-00

PREGÃO ELETRÔNICO N. 23/2019

DECLARAÇÃO ANEXO I

Nacional Soluções e Serviços EIRELI, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o número 19.152.814/0001-70, com sede na Rua 01, Quadra 04, Casa 24, Recanto dos Nobres, São Luís – MA DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

São Luís 08 de Janeiro de 2021.

Nacional Soluções e Serviços



Livio Ferreira Feitosa

CPF Nº 892.673.893-00